

A FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE: EMANCIPAÇÃO O REPRODUÇÃO

Vitor Húngaro

Acadêmico do curso de Educação Física da
Universidade Municipal de São Caetano do Sul - IMES
Membro do programa de iniciação científica do Observatório de
Políticas Sociais de Esporte e Lazer do Grande ABC – IMES
Rede CEDES/SNDEL – Ministério do Esporte

Lúcio Leite de Melo

Acadêmico do curso de Educação Física da
Universidade Municipal de São Caetano do Sul - IMES
Membro do programa de iniciação científica do Observatório de
Políticas Sociais de Esporte e Lazer do Grande ABC – IMES
Rede CEDES/SNDEL – Ministério do Esporte

RESUMO

O presente estudo visa a analisar os resultados do programa Esporte e Lazer da Cidade, na cidade de Santo André, quanto ao processo de educação continuada. Trata-se de um estudo em andamento em que pretendemos verificar se o referido programa representa uma ação de resistência à ofensiva neoliberal de ataque aos direitos sociais. Aqui são apresentados os resultados preliminares de nossos estudos.

ABSTRACT

The present study it aims at to analyze the results of the program Sport and Leisure of the City, in the city of Saint Andres, how much to the process of continued education. One is about a in progress study where we intend to verify if the cited program represents an action of offensive resistance to the neoliberal one of attack to the social rights. Here the preliminary results of our studies are presented.

RESUMEN

El actual estudio que tiene como objetivo para analizar los resultados del deporte del programa y del ocio de la ciudad, en la ciudad de Santo Andres, cuánto al proceso de la educación continuada. Uno es sobre un estudio en marcha donde nos preponemos verificar si el programa citado representa una acción de la resistencia ofensiva la neoliberal del ataque a las derechas sociales. Aquí los resultados preliminares de nuestros estudios se presentan.

INTRODUÇÃO

Em virtude de nossa vinculação ao Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer da região do Grande ABC, fomos estimulados a estudar os impactos da ofensiva neoliberal nas políticas sociais. Vimos que tais impactos são contundentes e rebaixam os patamares de civilidade humana. Se o capitalismo em si, pela sua própria lógica

organizativa, produz desigualdade, nos marcos do neoliberalismo tal desigualdade apresenta outras faces muito mais severas e profundas. Dessa maneira, ficamos instigados em estudar as possibilidades de contraponto a esse ataque aos direitos sociais. Mais instigados ainda em verificar se há resistência a essa lógica no campo do esporte e do lazer e, caso ela exista, como tem sido pensada e executada.

Escolhemos, para essa empreitada, o programa, do Ministério do Esporte, *Esporte e Lazer da Cidade*, implantado pela Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer. Mais especificamente, o caso da Prefeitura Municipal de Santo André, cidade que já conta com o programa em questão implantado e que, tradicionalmente, tem sido governada pelo “campo democrático-popular”. Uma vez determinado o objeto, cabia-nos estudar, o marco conceitual desse projeto, e assim verificar: tal marco conceitual tem está vinculado a uma perspectiva revolucionária da sociedade? Tal perspectiva se concretiza na efetivação do programa?

Como se tratam de questões extremamente complexas de serem estudadas, determinamos o caminho a ser seguido para poder, minimamente, aborda-las. Uma vez discutido com nosso orientador, tal caminho ficou assim traçado: (1) uma pesquisa exploratória, de caráter bibliográfico, sobre as seguintes temáticas: políticas sociais; lazer e esporte; (2) uma pesquisa sobre os textos que fundamentam o programa em foco: seus pressupostos, seus objetivos; e suas implementações; (3) uma análise sobre como o referido projeto foi implementado na Prefeitura Municipal de Santo André, bem como um estudo sobre os seus resultados.

Claro que se trata de uma pesquisa ainda em processo, porém, apresentamos aqui alguns resultados parciais. Um deles nos foi de fundamental importância, pois fez ampliar o foco da análise. Ao estudar o tema em tela, percebemos que há uma íntima relação entre Educação, Educação Física [...] e os processos sociais mais abrangentes de reprodução (MÉSZAROS, 2005, p.19). Nessa perspectiva, percebemos que é impossível à compreensão da Educação Física sem se remeter ao processo educacional, e este último, por sua vez, é ininteligível sem a compreensão das relações de trabalho. Resolvemos, então, estudar a intencionalidade pedagógica do programa governamental: pretende ele a formação de uma nova cultura? Como são realizados processos de qualificação dos agentes?

Apresentamos os resultados preliminares de nossa investigação, seguindo a seguinte lógica expositiva: as aproximações ao tema das Políticas Sociais; em seguida, apontamentos sobre o impacto da ofensiva neoliberal sobre essas políticas; os resultados de nossa investigação no campo da educação; e, por fim, nossa investigação inicial sobre o *Programa Esporte e Lazer da Cidade*.

A POLÍTICA SOCIAL

Segundo VIEIRA (1992), foi no decorrer do século XIX que eclodiu a luta de classes e, as contradições por ela engendradas, bem como as resistências empreendidas pelo movimento operário fizeram surgir as políticas sociais:

A política social aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias sucedidas ao longo das primeiras revoluções industriais. A política social, compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, unicamente pôde existir com o surgimento do século XIX. (VIERIA, 1992, p.19).

Analisando as relações entre a política social e a política econômica, o autor afirma que elas são indissociáveis. E mesmo em si, a política social tem que ser tratada como uma totalidade: políticas de saúde, educação, lazer, habitação, enfim, políticas sociais constituem uma unidade em si. Tanto a política social como a econômica, podem acarretar mudanças nas relações entre as classes sociais

As políticas sociais devem ser entendidas como estratégias de governo e não como poder/força estatal. Essas políticas evidenciam a ação do Estado em face ao do capitalismo. Sobre a íntima relação entre política social e econômica, indica o autor:

Não se pode analisar a política social sem se remeter à questão do desenvolvimento econômico, ou seja, a transformação quantitativa e qualitativa das relações econômicas durante o processo de acumulação particular do capital. (VIEIRA, 1992, P. 19).

Enquanto estratégias de governo, as políticas sociais se apresentam na forma de relações jurídicas e políticas, neste caso não podendo ser compreendida por si mesma. Porém, o reconhecimento do direito se deve – antes de ser questão governamental e, portanto jurídica – às reivindicações trabalhistas do século XIX. Em todas as épocas, deve ser entendida a partir do par dialético conquista/concessão, pois não são todos os reclamos do movimento operário que são atendidos, mas aqueles “possíveis” num determinado contexto histórico. Vejamos nas palavras do próprio autor:

Não tem havido, pois política social desligada dos reclamos populares. Em geral, o Estado acaba assumindo alguns destes reclamos, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais significam antes de mais nada a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Não significam a consagração jurídica de reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente do momento. Adotar bandeiras pertencentes à classe operária, mesmo quando isto configure melhoria nas condições humanas, patenteia também a necessidade de manter a dominação política. (VIEIRA, 1992, p.23).

Alguns pontos de nosso estudo sobre o tema foram fundamentais: 1. Embora o autor nos alerte sobre a indissociabilidade entre política econômica e política social, historicamente não é assim que as coisas têm sido tratadas nos Estados capitalistas; 2. O

projeto societário é fundamental para a compreensão das políticas sociais: tanto na verificação de suas possibilidades quanto dos seus limites.

A OFENSIVA NEOLIBERAL: O ATAQUE AOS DIREITOS SOCIAIS

Tendo como pressuposto a análise feita, pelo historiador inglês Perry Anderson, em seu artigo *Um balanço do neoliberalismo* (1995), expomos, em linhas gerais, as características do **Neoliberalismo** e os impactos de suas ações nas políticas sociais.

O neoliberalismo tem sua gênese, após a II Guerra Mundial. Trata-se de uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar; tem seus pressupostos no livro *O Caminho da Servidão* (1944), de Friedrich Hayek.

Tal elaboração teórica passa a ganhar terreno com a grande crise capitalista do segundo pós-guerra. Na década de 1970, em face à crise, os neoliberais encontram terreno fértil para ganharem público afirmando que a crise tinha o seu fundamento no poder excessivo e nefasto dos sindicatos, pois estes defendiam um igualitarismo promovido pelo Estado de Bem-Estar.

As raízes da crise (..) estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p.10).

A proposta elaborada pelos neoliberais manteria um Estado forte para combater o poder dos sindicatos e para controlar o dinheiro, porém este mesmo Estado seria frágil nos gastos sociais e nas intervenções econômicas.

O neoliberalismo é que um projeto ideológico, político e econômico que salienta a liberdade dos mercados. Entre suas medidas de ajuste, valem ser destacadas: a desregulamentação da economia, em que se consolida a abertura dos mercados para o livre fluxo de produtos e do capital, concomitantemente com a fragilização da autonomia do Estado; aplicação de medidas de geração de poupança; combate à inflação visando à estabilidade monetária a qualquer preço e o pagamento da dívida externa, mais especificamente os países do Terceiro Mundo; tais medidas dizem respeito à estratégia econômica neoliberal, no que tange à proposta política necessitaria o Estado se fortalecer somente naquilo que mantivesse o bom funcionamento do mercado.

No âmbito das políticas sociais elas a retrocedem ao seu caráter liberal, a efetivação e garantia dos direitos volta a ser pensada na órbita dos civis e políticos, deixando a cargo da caridade e para ação focalizada do Estado:

Observa-se o crescimento do chamado Terceiro Setor com suas iniciativas focalistas e um rápido aumento das atividades desenvolvidas pelo voluntariado. Se o indivíduo tem dinheiro, deverá comprá-los (direitos sociais), se não possui condições para compra-los, deverá acessá-los através da benevolência da sociedade, que retoma o papel de responsável por atender as demandas sociais. E deverá fazê-lo de forma a atender parcialmente as suas demandas, retomando o conceito de não intervir de maneira a incidir no desejo de progresso,

que é imanente da relação com o mercado. (HÚNGARO E OLIVEIRA, 2005).

EDUCAÇÃO

Uma vez elaboradas as primeiras aproximações às temáticas da política social e da ofensiva neoliberal, cabe-nos, agora, relatar os resultados de nossos estudos sobre a educação.

A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, podemos dizer que “a [...] compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana”. (SAVIANI, 2003, p. 11). Já que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, devemos explicitar o que os diferencia dos demais seres vivos: esses, humanos ao invés de se adaptarem a natureza eles adaptam a natureza a si, assim, diferentemente dos outros animais, têm de construir constantemente sua própria existência. Isso eles o fazem através do **trabalho** – entendido, dentro de um referencial marxista, como toda a transformação do homem sobre a natureza – então visualizamos a distinção dos seres humanos para os demais seres vivos, ou seja, o trabalho.

Dizer, pois que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho. (SAVIANI, 2003, p. 12).

Os processos de produção da existência humana demandam a garantia da subsistência material, isto se dá com a produção dos bens materiais. Para a produção material o homem necessita representar mentalmente os objetivos reais de sua ação, tal representação implica a representação dos aspectos do conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte)

Para o autor, as idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades, portanto, os conhecimentos – direta e indiretamente – oriundos da produção material humana, devem ser tematizados pela educação a fim de que se tornem uma *segunda natureza humana*. Assim, o objetivo da educação refere-se, por um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelo homem para sua humanização e, por outro lado, na sistematização de caminhos que favoreçam essa assimilação.

O resultado desse estudo sobre educação, ainda em andamento, fez-nos perceber a importância da formação continuada, que representa, em nosso entendimento, a própria especificidade humana de, pela ação intencional sobre a natureza – o trabalho – transformar constantemente o mundo e a si próprio. Dessa maneira, não existe possibilidade de a formação humana não ser continuada, porém há que se fazer com que ela seja dirigida e intencional para a construção de um projeto humano de cunho emancipatório.

ESPORTE E LAZER DA CIDADE

Embora ainda não tenhamos acúmulo suficiente para analisar os pressupostos que fundamentam o referido programa, pudemos atentar para algumas coisas interessantes à continuidade de nossa pesquisa.

O programa *Esporte e Lazer da Cidade*, concebido, implantado e gerenciado pela SNDEL (Secretaria Nacional do Esporte e Lazer), no governo Luís Inácio Lula da Silva, é uma política social que visa a dar resposta às demandas de programas sociais no campo do esporte e lazer. Como podemos observar no Manual de Orientação do já referido programa:

O programa [esporte e lazer da cidade] visa síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendem às crescentes necessidades e demandas da população por esporte e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão sucumbidos. (MANUAL, 2005, p.02).

Tal projeto, além de pretender atender à crescente demanda da população brasileira por esporte recreativo e lazer, tem como um dos seus objetivos, [...] oferecer cursos de *formação continuada* a professores, estudantes e agentes sociais de esporte (MANUAL, 2005, P.05).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar nossa investigação sobre a temática em foco, pudemos perceber a necessária mediação entre um projeto de emancipação humana com a construção de uma nova cultura. Assim, além do estudo sobre o contexto contemporâneo em que se dá a ocorrência de determinadas políticas sociais, da avaliação se essas políticas têm potencial revolucionário ou não, e de como esse processo é tratado no campo do esporte e lazer, cabe-nos ainda verificar a intencionalidade pedagógica dessas políticas: entendida como “que transformações queremos empreender nas pessoas envolvidas?” e “que tipo de formação garantir aos agentes do programa?”

Para tentar dar resposta à estas questões, que vimos dando continuidade em nossos estudos seguindo os passos que foram até aqui assinalados.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. UM BALANÇO DO NEOLIBERALISMO. In: GENTILI, P. **O PÓS NEOLIBERALISMO**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1994.
- CHAUÍ, M. **CONVITE À FILOSOFIA**. São Paulo: Ática, 2001.
- COUTO, B. R. **O DIREITO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL?** São Paulo: Cortez, 2004.
- GIL, A. C. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HUNGARO, E; OLIVEIRA, B. **ESPORTE E LAZER COMO DIREITOS SOCIAIS E A OFENSIVA NEOLIBERAL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**. In: XIV CONBRACE. Porto Alegre, 2005.
- MARX, K; ENGELS, F. **MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA**. São Paulo: Cortez, 1998.
- MÉSZÁROS, I. **A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SAVIANI, D. **ESCOLA E DEMOCRACIA**, 34ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- _____. **PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**. Campinas: Autores Associados, 2003.
- SEVERINO, A. J. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTIFICO**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- VIEIRA, E. A. **DEMOCRACIA E POLITICA SOCIAL**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

Endereços dos autores:

Rua Votorantim, 140, Apto 503 – Bairro Barcelona – São Caetano do Sul – SP CEP 09550-300.

Endereço eletrônico: vtorhungaro@yahoo.com.br

Rua Francisco Marinho de Gusmao, 37 – São João Clímaco – São Paulo – SP CEP: 04256-160.

Endereço eletrônico: lucio.melo@terra.com.br